



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

## **TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO**

### **1. DO OBJETO:**

Contratação de empresa especializada em Engenharia Urbana para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, Desenvolvimento de Estudo e Elaboração de Projeto Executivo de Sinalização Viária, atualização do mapeamento aérea dos principais trechos urbanizados e mapeamento georreferenciado para viabilidade de análise de fluxos na infraestrutura do sistema modal urbano do município de São José do Vale do Rio Preto. Contemplando: Sinalização Horizontal, vertical, Orientação de Tráfego, rede cicloviária, mapeamento georreferenciado, orthophoto georreferenciada. O objeto acima descrito deve estar pautado nos termos da Lei Federal 12.587/2012 e na Resolução do CONTRAN nº 973/2022 que institui o Regulamento de Sinalização Viária.

**OBS:** O edital deve ser confeccionado para certame eletrônico em plataforma utilizada pelo órgão (BLL Compras).

### **2. JUSTIFICATIVA:**

O município de São José do Vale do Rio Preto possui uma frota veicular estimada de 12.767 veículos (Set/ 2022), com uma taxa de crescimento anual média de 3,3%. Assim, a elaboração do Plano de Mobilidade bem como a elaboração de projetos de sinalização para que se possa implantar e manter toda a circulação da cidade em boas condições, são ações fundamentais para garantir a Mobilidade Urbana do município. A Lei nº 12.587/2012 – institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem como objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade. Assim, considerando a alta demanda desse segmento e a carência de instrumentos reguladores do espaço urbano, é importante implementarmos os instrumentos legais pertinentes para que o município e os munícipes não fiquem prejudicados no que se refere ao desenvolvimento da mobilidade urbana.

### **3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:**

**3.1.** Plano de Mobilidade Deverá contemplar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei 12.587/2012, que tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

**3.2.** Por se tratar de um município com uma população de estimada de 22.080 habitantes (IBGE,2020), deverá ser aplicada para elaboração do Plano a metodologia definida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, de acordo com a Cartilha de apoio para elaboração de planos de Mobilidade Urbana, conforme Anexo I.

**3.3.** O Plano de Mobilidade Urbana a ser desenvolvido deverá abordar no mínimo a seguinte estrutura:

**3.3.1.** Apresentação • Base legal: Política de Mobilidade Urbana, Plano Diretor, legislações municipais pertinentes à temática; • Processo de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana (período de elaboração, parcerias, audiências públicas realizadas);

**3.3.2.** Histórico da cidade • Origem histórica da cidade; • Fatores históricos relevantes;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

**3.3.3. Caracterização do município** • Características gerais: localização, população, área, etc; • Principais atividades econômicas; • Características climáticas e geográficas; • Festividades e eventos de destaque;

**3.3.4. Serviços de transporte público coletivo;**

**3.3.5. Circulação viária:** Este tema aborda questões relacionadas à gestão da circulação viária de todos os modos de transporte e os demais serviços de transporte urbano, excluindo o serviço de transporte público coletivo. Devem ser tratadas as ações de trânsito, excluindo-se a infraestrutura, e também os serviços como táxi, mototáxi e transporte escolar;

**3.3.6. Infraestruturas do sistema de mobilidade urbana:** Este tópico deve tratar da implantação, requalificação ou ampliação das seguintes infraestruturas: vias e logradouros públicos (incluindo calçadas, travessias, pavimentação, metro ferroviárias, hidrovias e ciclovias); terminais, estações e pontos de embarque e desembarque; sinalização viária e de trânsito; e instrumentos de controle e fiscalização. Áreas de estacionamento, com ou sem cobrança, devem ser tratados no tópico específico;

**3.3.7. Acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade** Trata da acessibilidade universal na infraestrutura de mobilidade urbana e nos veículos dos serviços de transporte urbano;

**3.3.8. Integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados** Trata da integração física, operacional ou tarifária entre o serviço de transporte público local e o intermunicipal ou metropolitano, e também da integração física com os meios de transporte não motorizados;

**3.3.9. Transporte de cargas** Regulamentação, gestão e infraestruturas voltadas ao disciplinamento do transporte de cargas no município;

**3.3.10. Polos geradores de viagem** Trata de obras de infraestrutura ou do uso de instrumentos de gestão da mobilidade urbana no entorno ou incluídas em equipamentos sociais, empreendimentos comerciais ou conjuntos habitacionais com potencial de atrair ou gerar grande número de viagens diárias;

**3.3.11. Áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos** Regulamentação, gestão e infraestruturas voltadas ao disciplinamento da política do uso de áreas de estacionamento públicos e privados;

**3.3.12. Áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada:** Este tópico do plano está relacionado ao uso de diversos instrumentos de gestão, sendo o mais comum o fechamento de vias, de forma permanente ou temporária. Porém, caso existam, medidas como pedágio urbano, rodízio de veículos ou restrição de acesso a vias, em razão de elevado índice de emissão de poluentes, também podem ser abordados.

**3.3.13. Mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana:** Deve tratar das fontes de recursos, possíveis ou garantidas, para a implantação das ações descritas nos itens anteriores. Também pode ser abordada a questão tarifária do serviço de transporte público coletivo;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

**3.3.14. Sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica:**

- Fixação da periodicidade para atualização do plano não superior a 10 anos;
- Definição do órgão responsável pelo acompanhamento da implantação do plano.

**3.3.15. Atualização e Mapeamento Aéreo:**

- Atualização de mapas aéreos com imagem em alta resolução das principais áreas da cidade para monitoramento e análise de fluxos modais, gerando um orthophoto georreferenciada atual das áreas de interesse.

**3.4. O Plano de Mobilidade deverá abordar 04 etapas: Diagnóstico, Objetivos, Metas e Ações Estratégicas.**

**3.4.1.** A fase de Diagnóstico tem por objetivo levantar e sistematizar um conjunto de dados e informações, por meio dos quais, torna-se possível, ao gestor público obter uma fotografia da situação das condições de deslocamento na cidade e planejar as alternativas para a política local de mobilidade, identificando claramente os problemas enfrentados pelas pessoas para acessar as oportunidades que a cidade oferece e as suas causas. Deverão ser realizadas no mínimo 06 (seis) reuniões técnicas para identificar a problemática da mobilidade no município, e tornar o processo participativo;

**3.4.2.** Os objetivos devem representar a visão de futuro para o município. Eles devem conter a descrição de onde se quer chegar ou o que se tenta alcançar com o Plano de Mobilidade Urbana. As diretrizes específicas de mobilidade urbana do Plano Diretor Municipal podem ser utilizadas como objetivos para o Plano de Mobilidade Urbana;

**3.4.3.** As metas constituem a ligação entre o diagnóstico e o objetivo que se pretende alcançar. Devem ter um horizonte temporal claro e a possibilidade de serem medidas. Metas contribuem para o atingir os objetivos. Em outras palavras, estipulam as etapas e os prazos para realização destes. Uma meta, para ser atingida, pode necessitar de várias ações estratégicas. Estas devem ser específicas para cada município e descritas de forma clara e objetiva no plano;

**3.4.5.** Cada meta estabelecida pode ser composta por uma ou mais ações estratégicas. É importante destacar que os objetivos, metas e ações estratégicas devem estar interligados, ou seja, as ações estratégicas devem contribuir para o alcance das metas e estas, por sua vez, devem propiciar o atingimento dos objetivos. Ao final, deverá ser realizada uma audiência pública para apresentação dos temas e metas para validação do Plano de Mobilidade.

**3.5.** Na finalização da elaboração do Plano de Mobilidade, devesse ainda ser elaborada a minuta do projeto de lei do Plano de Mobilidade Urbana do município de São José do Vale do Rio Preto/ RJ - a ser aprovado pelo poder legislativo.

**3.6. Projeto de Sinalização Viária:**

Os projetos deverão ser entregues em Arquivo Digital, formato .doc, DWG e PDF, e impresso colorido com 02 cópias em tamanho A4, e plantas em tamanho A1, encadernado e entregue ao órgão responsável.

Os projetos de sinalização viária deverão contemplar:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

**Projeto de Sinalização horizontal e vertical:** Para que o Projeto Executivo de Sinalização Viária Urbana cumpra com a finalidade de organizar o tráfego de veículos e criar condições adequadas de segurança, a determinação das soluções deverá ser baseada em levantamentos de campo e coleta de informações. A proposição dos elementos de sinalização viária e dos dispositivos de segurança deverão seguir a legislação vigente, instituída pelo CTB, resoluções do CONTRAN e normas da ABNT, podendo citar:

- RESOLUÇÃO nº 973/2022 que Institui o Regulamento de Sinalização Viária, que é constituída pelos volumes do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (MBST), os quais dispõem, especificamente, acerca das seguintes modalidades de sinalização: MBST Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação (Anexo I); MBST Volume II - Sinalização Vertical de Advertência (Anexo II); MBST Volume III - Sinalização Vertical de Indicação (Anexo III); MBST Volume IV - Sinalização Horizontal (Anexo IV); MBST Volume V - Sinalização Semafórica (Anexo V); MBST Volume VI - Dispositivos auxiliares (Anexo VI); MBST Volume VII - Sinalização Temporária (Anexo VII); MBST Volume VIII - Sinalização Cicloviária (Anexo VIII); e MBST Volume IX - Sinalização de cruzamento rododiferroviário (Anexo IX).

**Projeto de Sinalização Semafórica:** A sinalização semafórica é uma das alternativas para o gerenciamento de conflitos em interseções ou em meio de quadra. Antes de decidir pela implantação de sinalização semafórica, deve ser avaliada sua efetiva necessidade, considerando a viabilidade da adoção de outras medidas. Os estudos técnicos de viabilidade para implantação de pontos semaforizados seguirão o Manual de Sinalização de Trânsito – Anexo V – Resolução nº 973/2022 – CONTRAN.

**Projeto de Sinalização Cicloviária:** Os projetos deverão seguir as normas contidas no manual de Sinalização Cicloviária, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito Anexo VIII – Resolução nº 973/2022 – CONTRAN, que tem como objetivo disciplinar os requisitos técnicos mínimos a serem observados na construção de infraestruturas cicloviárias no Brasil. A Sinalização Cicloviária tem como característica a utilização dos sinais e elementos de Sinalização Vertical, Horizontal, Semafórica, Dispositivos Auxiliares e Dispositivos de Segurança e é constituída por elementos específicos que apresentam características visuais próprias, tem a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários da via adotar comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança, ordenar os fluxos de tráfego e orientar os usuários da via e também para informar e advertir sobre situações anômalas que possam constituir obstáculo a livre circulação e/ou pôr em risco a segurança.

**Projeto de Orientação de Tráfego:** Os projetos deverão seguir as normas contidas no manual de Sinalização Vertical de Indicação, Anexo III – Resolução nº 973/2022 – CONTRAN, atendendo os princípios de legalidade, suficiência, clareza, precisão e confiabilidade, visibilidade e legibilidade, manutenção e conservação. A sinalização vertical de indicação, possui caráter informativo e educativo, com a finalidade de identificar as vias e os locais de interesse, bem como orientar condutores de veículos e pedestres quanto aos percursos, destinos, acessos, distâncias, serviços auxiliares e atrativos turísticos, podendo também ter como função a educação do usuário. O projeto poderá/deverá contemplar: placas de identificação, placas de orientação de destino, placas educativas, placas de serviços auxiliares, placas de atrativos turísticos e placas de postos de fiscalização.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

#### **4. CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

A prestação dos serviços tem caráter continuado, devendo ser iniciada após a homologação e assinatura do contrato vigorando por 6 (seis) meses, conforme cronograma apresentado a seguir. Para o início dos trabalhos deverá ser realizado um plano de trabalho detalhado contendo um cronograma físico financeiro.

SERVIÇO	MESES					
	1	2	3	4	5	6
PLANO DE MOBILIDADE URBANA						
Diagnóstico						
Reuniões Setoriais						
Definição de Objetivos						
Metas						
Ações						
Audiência Pública						
Minuta de Lei						
PROJETOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	1	2	3	4	5	6
Levantamento da Sinalização Existente						
Projeto de Sinalização Horizontal e Vertical						
Projeto de Sinalização Semafórica						
Projeto de Orientação de Tráfego						
Projeto de Sinalização Ciclovária						
Quantitativos e Memorial Descritivo						
Mapeamento Aéreo						

#### **5. HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

Para a realização dos trabalhos, a licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente uma equipe e qualificação mínima, necessária, conforme a seguir:







**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

- Exigir a comprovação através da Prova de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da jurisdição da licitante, na qual conste objeto social compatível com a execução do objeto do presente edital;
- Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado (Plano de Mobilidade e Elaboração de Projeto de Sinalização Viária);
- Engenheiro Civil ou Arquiteto, especialista em trânsito urbano e/ou engenharia de tráfego com especialização reconhecida pelo MEC e em conformidade com a Resolução nº 1.007, de 05 de dezembro de 2003, do CONFEA;
- Advogado, Especialista na área de Trânsito e Transportes – profissional de nível superior; com comprovação de experiência e/ou da especialidade através de diploma;
- A comprovação da Capacidade técnico-profissional será aferida mediante a comprovação de a licitante possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, pelo menos Engenheiro Civil ou Arquiteto, detentor de atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado junto ao CREA ou CAU, conforme o caso, acompanhado das respectiva(s) Certidão (ões) de Registro de Atestado e Acervo Técnico, comprovando que seu(s) responsável (is) técnico(s) executou (aram) serviços de características semelhantes, conforme apresentado a seguir:

Quantidade	Certidões de Acervo Técnico
1	Plano de Mobilidade Urbana
1	Pesquisa Origem e Destino Domiciliar
1	Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal
1	Projeto de Sinalização Semafórica com simulação de tráfego
1	Contagem veicular

- A comprovação de vínculo do profissional poderá ser feita por meio da apresentação da cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou de contrato de prestação de serviço, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional responsável, com anuência deste;
- Sendo que, o profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço objeto da licitação, o qual terá a respectiva ART (s) ou RRT (s) emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

• Deverá ser apresentada através da relação nominal mínima dos profissionais que integrarão a equipe técnica para a condução dos serviços compreendendo as seguintes categorias profissionais:

- 1 (um) Coordenador Geral/Perito;
- 1 (um) Engenheiro/Arquiteto Urbanista;
- 1 (um) Técnico Pleno;
- 1 (um) Consultor Jurídico e
- 3 (três) Auxiliares de campo locais.

## **6. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA:**

A avaliação da técnica da Contratada considerará os seguintes critérios e pontuações:

### **6.1. Capacitação técnica e acadêmica dos profissionais**

A avaliação da técnica da Contratada considerará os seguintes critérios e pontuações:

Capacitação técnica e acadêmica	Máximo – 10 pontos
Graduação	5 pontos
Pós-Graduação	10 pontos

A capacitação deverá ser comprovada pela apresentação de certificados ou diplomas de profissional pertencente ao quadro permanente da empresa licitante.

A pontuação não será cumulativa, prevalecendo para fins de cálculo a nota correspondente à maior titulação.

### **6.2. Experiência Técnica**

<b>EXPERIÊNCIA TÉCNICA</b>	<b>MÁXIMO – 40 PONTOS</b>
Plano de Mobilidade Urbana	10 pontos
Pesquisa Origem e Destino Domiciliar	10 pontos
Projeto de Sinalização Vertical e Horizontal	10 pontos
Projeto de Sinalização Semafórica com Simulação de Tráfego	05 pontos
Contagem Veicular	05 pontos

### **6.3. Proposta Técnica**

A empresa licitante deverá apresentar proposta técnica para desenvolvimento dos serviços de que trata o presente Termo de Referência contendo, no mínimo, os seguintes itens:

#### **Diagnóstico técnico - 20 pontos**

Deverá ser elaborado um relatório que contenha o diagnóstico técnico do município, identificando os desafios observados. Nesse relatório será avaliado pela equipe técnica o conhecimento da licitante sobre as demandas e necessidades do Município no contexto da Mobilidade Urbana de que trata o presente Termo de Referência.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

Diagnóstico de Mobilidade Motorizada	05 pontos
Diagnóstico de Mobilidade Não Motorizada	05 pontos
Diagnóstico de Sinalização Viária	10 pontos

#### **Plano de ações - 20 pontos**

Avaliará as propostas dos apontamentos apresentados pela empresa e seu domínio sobre os processos e procedimentos locais necessários ao melhor desenvolvimento das atividades demandadas pelo Município. Para cada atividade a ser desenvolvida deverá ser apresentada uma descrição explicitando como pretende realizar estas tarefas, definindo a metodologia a ser aplicada, como também o inter-relacionamento entre as várias atividades a serem desenvolvidas e o seu relacionamento com as entidades envolvidas, inclusive com fluxogramas das atividades e fases do trabalho.

Metodologia Utilizada	10 pontos
Fluxograma das Atividades	05 pontos
Fases do Trabalho	05 pontos

#### **Cronograma e indicadores de desempenho - 10 pontos**

Será avaliado o conhecimento da empresa sobre os prazos e andamento dos processos de cada uma das atividades demandadas pelo Município, bem com o cronograma físico e os produtos referentes a cada período (mensal).

Cronograma	10 pontos
Produtos Mensais	10 pontos

Para elaboração da proposta técnica, a licitante poderá realizar visita técnica ao Município, a qual deverá ser acompanhada por profissional da Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes (SOPUT).

A visita técnica deverá ser realizada com antecedência mínima de 2 dias úteis em relação à data do certame; sendo emitido declaração de visita ao local.

A empresa que não realizar a visita deverá declarar pleno conhecimento do local.

A aviação da proposta técnica será realizada por técnico(s) a ser(em) indicado(s) pelo Município, e poderá ocorrer durante o certame ou posteriormente, mediante suspensão da sessão, que poderá ser retomada após conclusão da avaliação.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

#### **6.4. Critério de Julgamento**

O julgamento da licitação será realizado em 03 (três) etapas: Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço. A pontuação final classificatória das Propostas Técnica e comercial de cada licitante será calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$PF = (70 \times PPT) + \frac{(30 \times PPP)}{100}$$

Onde:

PF = Pontuação Final Classificatória

PPT = Pontuação de Proposta Técnica

PPP = Pontuação de Proposta de Preço

#### **7. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO:**

**7.1.** 40% (quarenta por cento) do valor do contrato, em até 30 (trinta) dias, após a entrega do Diagnóstico do Plano de Mobilidade Urbana;

**7.2.** 30% (trinta por cento) do valor do contrato, em até 30 (trinta) dias, após a definição dos objetivos;

**7.3.** 30% (trinta por cento) do valor do contrato, em até 30 (trinta) dias, após a Minuta de Lei aprovada.

#### **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**8.1.** A CONTRATADA fica obrigada a entregar o objeto contratado conforme especificações do edital e em consonância com a proposta de preços;

**8.2.** A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**8.3.** A CONTRATADA fica obrigada a providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

**8.4.** A CONTRATADA fica obrigada a arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

**8.5.** A CONTRATADA fica obrigada a arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por sua conta exclusiva;

**8.6.** É vedada à empresa CONTRATADA a subcontratação total ou parcial do contrato.

**8.7.** Ficará a CONTRATADA obrigada a refazer os trabalhos rejeitados, logo após a correspondente notificação da Fiscalização, sendo de inteira responsabilidade da Contratada os ônus decorrentes desta providência. Fazem parte integrante desta especificação, independentemente de transcrição, todas as Normas (NBR's) da ABNT relacionadas com os trabalhos e serviços abrangidos assim como os que constituem objeto do correspondente Contrato e/ou ainda, constante da sua correspondente Planilha Orçamentária.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Fica o CONTRATANTE com as seguintes obrigações:

- 9.1.** Fornecer todas as informações necessárias para o fiel cumprimento do objeto;
- 9.2.** Disponibilizar a Comissão para o acompanhamento dos serviços quando solicitado pela Contratada;
- 9.3.** Efetuar o pagamento do Contrato, prazo máximo de 30 dias, conforme item 7 deste termo de referência, de acordo com o cronograma de pagamento;
- 9.4.** O Contratante ficará responsável por dar a legitimidade às informações prestadas pela Contratada.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**10.1.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**10.3.** O Município manterá na fiscalização dos serviços, funcionário(s) com autoridade para exercer em seu nome toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

**10.4.** Ficam indicados como futuro gestor e fiscais de contrato, os seguintes servidores:

Gestor – **Pedro Eduardo Trotti de Castro** – Secretário de Obras Públicas Urbanização e Transportes – **Mat. 6380**;

Fiscal – **Emersom Siqueira de Araújo** – Fiscal de Posturas e Transportes – **Mat. 3430**;

Fiscal – **Heitor Duarte Alves** – Fiscal de Posturas e Transportes – **Mat. 3451**.

## **11. DAS PENALIDADES:**

**11.1.** As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com o artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTES**  
Rua André Rampini do Carmo, nº 464, Águas Claras, Parque de Exposições  
São José do Vale do Rio Preto - RJ  
Telefone (24) 2224-7763  
E-mail: [obras.sj@gmail.com](mailto:obras.sj@gmail.com)

**11.2.** A Licitante que deixar de cumprir o compromisso assumido sofrerá multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, independentemente da aplicação das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;

**11.3.** A Licitante ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total do contrato, por possível atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual;

**11.4.** A licitante ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial do contrato, sobre o valor correspondente ao montante não adimplido;

**11.5.** A CONTRATADA ficará sujeita à suspensão temporária de participar das licitações no Município, por prazo a ser determinado pela autoridade máxima do Município, comprovada a culpa da contratada, na inexecução do contrato.

São José do Vale do Rio Preto, em 09 de abril de 2025.

---

**PEDRO EDUARDO TROTTI DE CASTRO**  
Secretário Municipal de Obras Públicas Urbanização e Transportes  
Matrícula 6380





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

CBB602DDE31B46D7B91598D945FEC1A2

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/CBB602DDE31B46D7B91598D945FEC1A2>